

o único e a sua propriedade¹

john henry mackay*

No círculo dos “Livres” havia se espalhado um rumor que Stirner estava trabalhando em uma extensa obra na qual “já havia empilhado página sobre página” e continuava a crescer, “marcando-a com o tecido característico de seu pensamento”.

Mas ninguém saberia detalhadamente o que dizer sobre esta obra. Stirner nunca a debateu ou permitiu que alguém visse ou lesse uma única página. Ele mesmo traiu o “segredo de sua vida” apenas na medida em que, ocasionalmente, apontava para sua mesa onde seu “Eu” esteve escondido.

A própria existência da obra “poderia também ser uma fábula”, e assim era vista por alguns, quando subitamente nos últimos dias de outubro de 1844 veio a público sob o nome de *Der Einzige und sein Eigentum* [O único e a sua propriedade].

* John Henry Mackay (1864-1833), filho de uma alemã e um escocês, viveu na Alemanha com sua mãe após a morte precoce de seu pai. Sua longa trajetória literária inclui escritos de diversos gêneros, mas ficou conhecido como poeta lírico e anarquista. Seus escritos *gay*-amorosos foram publicados sob o pseudônimo de Sagitta. A redescoberta de Max Stirner é atribuída a Mackay.

O título teria sido originalmente “Eu” — e o comentário de Stirner acima se refere a isso. Foi abandonado para vir a nomear a segunda parte de sua obra.

Como autor, Stirner utilizou o nome sob o qual tinha escrito suas primeiras obras e que usava no seu círculo de conhecidos; na página do título constava o nome de uma das mais respeitadas editoras da Alemanha, Otto Wigand, de Leipzig, o corajoso e amplamente conhecido editor das mais importantes publicações radicais da época. Responsável, também, pelos projetos de Ruge e de Feuerbach, engajado de corpo e alma nos embates daquela época. O ano que aparecia no livro era 1845. Uma ligação de amizade unia Stirner e Wigand; este último estimava seu novo autor e a ele se referia com grande respeito. Casualmente, Stirner estava em Leipzig em 1844, provavelmente para discutir os detalhes da obra da sua vida com Wigand.

A confiança que o editor tinha na obra era demonstrada pela alta qualidade da publicação. A primeira edição de *Der Einzige* é uma das melhores impressões de sua editora: um magnífico volume de quase quinhentas páginas, no melhor papel, com generosas margens e impressão grande e clara, quase impecavelmente realizada por J. B. Hirschfeld em Leipzig. Essa edição, que se tornou uma raridade hoje em dia, foi comercializada no valor de dois *talers* e meio por cópia costurada com capa cor de areia. Ela ultrapassou as duas edições seguintes em todos os aspectos.

O livro trazia a dedicatória “para minha querida Marie Dähnhardt”, que havia sido a esposa de Stirner por um ano.

Nós não estaríamos equivocados se considerássemos que o livro havia sido concebido em 1842, na época em que Stirner estava elaborando muitas de suas idéias

O único e a sua propriedade

em trabalhos curtos, escritos que abriram espaço para a obra maior em 1844, quando foi entregue e impresso. Pode-se considerar que a obra foi escrita em um período de um ano e meio — de 1843 a meados de 1844.

* * *

Aqueles que estão no poder sempre tentam suprimir o pensamento adverso e impedir a sua disseminação. Na Prússia, as rédeas de um descarado e tolo censor eram menos restritivas desde que Friedrich Wilhelm IV ascendeu ao trono, mas isso logo se encerrou com a publicação das cartas de Herwegh ao rei, quando a situação havia piorado. Uma reação similar havia se iniciado [no estado alemão] da Saxônia. É verdade que escritos com mais de 20 páginas eram livres em 1844, ou seja, não precisavam ser submetidos ao censor. Mas por essa mesma razão havia uma maior ameaça de captura e confisco, contra a qual não havia qualquer proteção judicial.

Para evitar essa situação, ao menos parcialmente, o editor de Leipzig lançou mão de uma drástica medida. Ao mesmo tempo em que a cópia solicitada era entregue ao diretor regional, vagões carregados com cópias do livro aguardavam na próxima esquina para serem distribuídas. Assim que o recibo das autoridades chegou às suas mãos, as cópias foram imediatamente distribuídas pelas livrarias, de tal forma que no momento em que as autoridades vissem o livro e desejassem confiscá-lo, eles ficariam de mãos abanando.

O mesmo ocorreu com a obra de Stirner. O diretor regional em Leipzig ordenou o seu imediato confisco, mas apenas 250 cópias foram apreendidas.

Alguns dias depois o confisco havia sido suspenso pelo Ministro do Interior, por haver considerado o livro “muito absurdo” para ser perigoso. O fundamento considerado “muito interessante” para a decisão, que o *Bockhaus'sche Allgemeine Presszeitung* [Jornal de Bockhaus] de 8 de novembro de 1844 havia prometido reportar, nunca chegou a ser publicado, fazendo com que a sabedoria das digníssimas autoridades nunca pudesse ser compreendida em sua dimensão total. Basta dizer que, para Stirner, que se ocupou profundamente da questão da liberdade de imprensa e que escreveu sua obra com total circunspeção com o objetivo de “enganar” o Estado, sua intenção foi admiravelmente realizada. “*Deixe meu povo, se assim quiserem, sem a liberdade de imprensa. Eu darei um jeito de imprimir pela força ou artimanha. Eu obtenho permissão para imprimir apenas de mim mesmo e de minha própria força.*” Ele foi realmente bem sucedido. Enquanto os mais inofensivos escritos eram proibidos, o livro mais radical e “mais perigoso” daquele e de todos os tempos era permitido, passando de mão em mão sem nenhuma obstrução — naquele tempo e até hoje.

Terá alguém, algum dia, se deliciado com esse fato mais do que ele, que contrabandeou seu precioso objeto, ao mesmo tempo intrépida e astuciosamente, através da fronteira desenhada pelo despotismo sobre o pensamento livre?

Na Prússia, por acaso, *Der Einzige* foi banido antes do Natal, como ocorreu também em Kurhessen e Macklenburg-Schwerin. O banimento, até onde se sabe, nunca foi revogado. Isso não impediu, evidentemente, que a nova publicação fosse ansiosamente lida por todos os lados, especialmente entre os jovens estudantes, que a passavam de mão em mão. Nesse caso o protesto de Savigny, o Ministro da Justiça, ao rei foi confirmado:

O único e a sua propriedade

que os escritos proibidos eram aqueles mais disseminados e lidos, e que o banimento e o confisco geravam o exato efeito oposto ao pretendido.

Pode-se afirmar que Stirner nunca entrou em confronto com a polícia. Esta não mantinha sequer um arquivo sobre ele, como havia sobre a maioria dos integrantes do círculo [dos Livres]. E quando havia qualquer menção a ele, como, por exemplo, nos arquivos sobre [Ludwig] Buhl, estes eram imprecisos; escreviam o nome apenas por rumores, pronunciados em legítimo dialeto de Berlim, como “Styrna”. Quando foi feita uma investigação, durante o episódio de *Gegenwort*², não o encontraram, mas em decorrência de uma confusão com os nomes acharam um professor do ensino médio chamado Schmidt, que para a vergonha das autoridades protestou com indignação em favor de sua completa inocência. Sobre Stirner, esse “cavalheiro de idade madura”, a polícia tinha apenas “boas referências”. Obviamente ele foi também desacreditado por isso. Como se não tivesse nada melhor para fazer, e como se isso demandasse coragem para lutar uma batalha com os órgãos subordinados do poder, ao mesmo tempo em que se preparava para a mais mortal investida contra o âmago desse próprio poder!

* * *

A recepção obtida pela obra foi avassaladora; hoje seria chamada de “sensacional”.

As pessoas foram imediatamente tomadas pela nova publicação, que saiu do completo anonimato para o amplo domínio público. Até o Natal de 1844 o livro já havia alcançado todos aqueles que possuíam algum interesse no progresso radical da época. Os jovens, em

especial, como já foi apontado, se apropriaram ferozmente do desafiador feito.

No entanto a recepção foi diversa como era de se esperar de uma obra como esta. Se para alguns a admiração foi ilimitada — eles viam na obra o início de uma nova era no pensamento e no modo de vida e referiam-se ao autor como gênio — outros jogaram o livro fora desdenhosamente, indignados diante de tal *nonsense*. Para eles só poderia ser um *nonsense*, pois ousava abalar os “alicerces de toda moral e vida social”. A maioria, no entanto, não sabia exatamente o que dizer, e muitos silenciaram. Mas todos desconfiavam estar diante de um fenômeno extraordinário.

Se alguns — aqueles profundamente preconceituosos incapazes de compreender como alguém poderia ousar submeter à crítica conceitos tão enraizados “de toda eternidade”, como direito, dever, moralidade etc. — buscaram caracterizá-lo como “advogado do diabo”, que não ousou apenas criticá-los, mas destruí-los. Outros, ainda, que viam esses conceitos não como eternamente rígidos, mas sempre conformando o pano de fundo de nossas ações, não estavam menos indignados ao ver, repentinamente, o chão ser retirado sob seus pés; e aqueles que não sabiam ainda onde pisar poderiam apenas explicar esse fenômeno assumindo que o autor queria se divertir às suas custas, zombando deles e de si próprio, ao mesmo tempo.

Vejam quão diabólico pode ser um homem! — choramingou o primeiro; não, nenhum homem pode ser tão mal — consolou o último. Alguns viram a confirmação de suas suposições no cáustico desprezo de Stirner, outros a encontraram em sua divertida ironia.

Até os liberais se afastaram envergonhados. Os políticos riram: que ser racional poderia duvidar que “Esta-

do” é “ordem” e negar a sua necessidade? Os socialistas grunhiram: ser chamado de “*lumpen*” os tinha ofendido profundamente. Os humanistas estavam profundamente incomodados: eles haviam construído a humanidade para eles de forma tão bela, nova e esplêndida, tão divina, e agora sua obra de arte estava completamente destruída em pedaços! Esses, mais do que os outros, procuraram resgatar e defender seu último ideal. Haviam sido em todos esses anos o orgulho da “crítica”, do “crítico”, a crítica “absoluta”, para superar num incansável progresso uma oposição atrás da outra. Eles não admitiam que fosse dito a respeito deles que estavam ainda tão atrás. Portanto, revoltaram-se. Mas a “crítica” já havia entrado naquela época em um estágio de auto-decomposição. Suas forças estavam exauridas e seu trabalho, o trabalho preparatório, fôra realizado: morreu em decorrência dos sopros de Stirner.

Era esperado que as opiniões, mesmo entre “Os Livres”, fossem expressas de forma tão diversa. A surpresa em ouvir o mais calado deles falar repentinamente tão alto e claro foi universal, e mesmo aqueles mais próximos, que já acompanhavam os primeiros trabalhos de Stirner, sabiam que se tratava de uma matéria importante. Outros que se encontravam mais distantes ficaram ainda mais impactados em ver naquele homem simples, a quem eles até o momento nunca haviam dado muita atenção, o grande e afiado intelecto, que se fazia ouvir a partir de seu livro. Stirner e suas idéias passaram a ser o foco do círculo e de suas conversas. Stirner, naturalmente, permaneceu completamente indiferente. A fama exterior não fazia dele mais orgulhoso do que ele estava internamente. De qualquer forma ele agora fazia parte das “curiosidades” do círculo, e desse momento em diante passava a figurar ao lado dos Bauer [Bruno, Edgar e Egbert] e outros. As pessoas passaram

a freqüentar o Hippel para ver “o único” e para se convencer de que “pessoalmente ele não era de forma alguma tão mal como ele se fazia parecer a partir de seu livro”.

Bruno Bauer, que já havia se “desentendido” com Stirner em 1843, quando trabalhavam em uma provável edição planejada conjuntamente, percebeu que Stirner “estava acima dele e o havia ultrapassado”, trilhando caminhos que ele não poderia seguir. Para certificar-se, ele conteve seus ressentimentos internos e nunca os explicitou publicamente, na justa medida em que buscou combater a crítica de Stirner. A relação entre eles se manteve superficialmente amigável, ainda que algum estranhamento fosse percebido por muitos, e que veio à tona depois que ela encontrou tal expressão intelectualmente afiada. No entanto, nunca chegou a haver uma separação entre os dois.

A filosofia de Stirner não é um “sistema” que poderia fundar uma “escola”, e por meio dela ser elaborado e melhor fundamentado. Apesar de Stirner ser um professor, nenhuma palavra em seu livro é desleal ao filosófico professor escolar. Cada um deve aprender com ele o que irá e o que pode aprender; sem nunca ser seu “discípulo” num sentido estrito. E se o quisesse ser, seria rejeitado pelo seu professor em seu próprio ato de pensar. Os jovens serão certamente — e espera-se que para sempre — estimulados e encorajados ao pensamento independente por Stirner. Porém, a completa contribuição de *Der Einzige* será apenas concedida àquele que houver substituído as ilusões da juventude pelas verdades da vida.

Curiosamente, no entanto, Stirner não teve, dentre seus admiradores, reais seguidores [*Anhänger*]. Não havia basicamente ninguém que pudesse captar a real

O único e a sua propriedade

significação de sua obra em seu alcance pleno. Portanto, ela foi sempre avaliada em uma ou outra direção, mas nunca como um todo. E quando começou a ser esquecida, não havia ninguém que conduzisse a sua potente voz intacta ao longo das décadas seguintes.

Sua obra foi rapidamente esquecida. Com a aproximação do ano da revolução [1848], todos os interesses voltaram-se para a solução forçada de todas as dúvidas, e quando o ruidoso chacoalhar das armas tinha desaparecido, as vozes que pouco tempo antes clamavam vivamente haviam sido afugentadas. Fez-se silêncio e assim permaneceu por muito tempo.

O sucesso externo da obra não poderia ser grande. Não foi além da primeira edição, provavelmente com tiragem de não mais do que mil cópias, e que talvez tenha alcançado esse número lentamente ao longo de décadas, nas quais de tempos em tempos mãos isoladas esticavam-se para alcançar o livro esquecido.

Essa foi em geral a recepção de *Der Einzige* de Stirner; como ele se saiu com as críticas contemporâneas e com excepcionais contemporâneos isolados será visto a seguir.

* * *

É a obra em si que, mais do que qualquer outra coisa, deve nos ocupar mais detidamente.

O que é? O que ela oferece? Em que consiste sua grandeza, sua importância, sua imortalidade? Em uma palavra: em que consiste — “sobre nós” — o seu poder?

A essas perguntas, somente a própria obra, e somente ela, pode nos dar a resposta correta. Apenas um profundo e reiterado estudo da obra pode nos trazer mais

próximo dessa resposta. Nada substitui esse esforço — nem tampouco o benefício dele decorrente.

A inesgotável riqueza do livro torna ridícula qualquer descrição. Uma listagem de seus conteúdos de forma sistemática é impossível, pois Stirner, apesar de realizar um plano da obra como um todo, rompe reiteradamente com o curso da exposição, alcançando elementos à frente ou atrás de maneira inventiva e situando seus objetos de análise sob novas luzes.

Ele sentia e sabia disso. Chega até a mencionar em uma passagem logo no início que ele não pensa em “*se propor a trabalhar por linha e nível*”.

Assim como ele se destaca diante do leitor impressionado já na breve introdução com a forte proposição — “aqui estou eu!” — após algumas páginas, quando ele ainda está completamente ocupado em decifrar os homens dos tempos antigos, o egoísta aparece com toda a sua grandeza. E enquanto o “homem” não está ainda resolvido em seu completo vazio como o fantasma do passado, o egoísta já demanda o seu poder, sua propriedade, e já se ergue ali, mesmo que ainda em uma forma incerta, em sua singularidade.

Novamente, ao passo em que nós acreditamos que o “homem” já conquistou, e o “eu” se desenvolve diante de nós em sua força e esplendor, Stirner, como Aquiles, arrasta o corpo do conquistado pelo campo de sua vitória, e só ao final de seu objetivo o vitorioso corporificado liberta o inimigo sem vida e sem corpo.

Stirner não se repetiu. Inesgotável como a natureza, que a cada invenção se satisfaz com aparentes repetições e cujas criações nunca são exatamente as mesmas, seu campo é tão grande e amplo como o dela e encontra sua fronteira apenas nele mesmo.

O único e a sua propriedade

Ainda assim, nós não podemos abandonar a tentativa de compreender, pelo menos em um amplo e incompleto esboço, os principais pensamentos da obra e, portanto, antes de tentar entrar na significação de *Der Einzige*, sua linguagem e seu estilo e de avaliar suas conquistas, gostaríamos de ler o livro juntos, lentamente, página por página, e permitir que nossos olhos repoussem brevemente nas altitudes, antes de nos atirmos novamente nos vales e profundezas de sua extensão.

É desnecessário mencionar que deixaremos Stirner falar com suas próprias palavras o máximo possível.

* * *

Tudo me diz respeito. *Apenas a minha causa nunca me dirá respeito. “Culpa dos egoístas”.*

Mas de Deus, da humanidade e do sultão, que basearam sua causa neles mesmos, desses grandes egoísta eu irei aprender: *nada concerne mais a mim do que eu mesmo.*

Como eles, *eu fundei a minha obra sobre o nada!*

*

A obra está dividida em duas grandes seções: a primeira é intitulada “Homem”, e a segunda, “Eu”.

*

A inquieta, agitada crítica da época promoveu o “homem” dos entulhos do passado para o ideal mais alto e final. Para Feuerbach, ele tornou-se o mais alto dos homens; para Bruno Bauer, algo encontrado agora. Voltemos-nos aos dois, o mais alto dos homens e à nova

descoberta, com mais atenção, afirma Stirner tranquilamente. Homem — o que era e o que é? E o que ele é para mim?

Stirner primeiramente investiga a vida de um homem: a vida de um homem do seu início à sua maturidade. Ele mostra os combates da criança, o realista, para conquistar e afirmar a si mesma até, primeiramente detida nas coisas desse mundo, conseguir ir além delas. A luta da juventude, o idealista, com a razão para encontrar o pensamento puro — sua primeira descoberta própria: a mente e sua lenta superação. E finalmente a vitória do homem, o egoísta, do seu interesse sobre o ideal, que se descobre corporalmente numa segunda descoberta de si e torna-se dono de seus pensamentos e do mundo, ao se estabelecer acima de tudo.

A história de vida desse único homem é transferida para a história dos “primeiros pais”, que passaram diante de nós como homens dos tempos antigos e dos novos tempos de maneira geral: os antigos — as crianças, os realistas, os pagãos; os novos — os entusiastas, os idealistas, os Cristãos; e os livres, não os homens, os egoístas, mas apenas os mais novos entre os novos, e como estes estão ainda profundamente presos aos preconceitos do Cristianismo.

A essência da mente ganha vida novamente diante de nós na descrição concisa dos antigos: a vitória dos sofistas sobre o poder triunfante no auge do século de Péricles, venceu com a arma da razão; a luta do filósofo moral Sócrates contra os sofistas para a formação do coração, que alcançou seu ápice apenas no dia da morte do mundo antigo; a sabedoria dos estóicos e romanos; o hedonismo dos epicuristas; o rompimento completo com o mundo por meio dos céticos. E qual foi o resultado do gigantesco trabalho dos antigos? O homem

O único e a sua propriedade

entendeu ele mesmo como espírito. E, com o mundo do espírito, o Cristianismo começou e o novo homem entrou em cena.

Separados originalmente pelo mais profundo precipício, os próprios antigos construíram uma ponte para o novo sobre o abismo das diferenças internas, e da verdade que eles buscavam e encontraram fizeram deles mesmos uma mentira. Mesmo assim, eles, os pagãos, ainda prevenidos, firmaram-se em oposição ao mundo das coisas, e procuraram retirar o homem cada vez mais dessa ordem do mundo para eles próprios. Eles foram enganados pelos novos homens, pela sua maior vitória de conquista do mundo. Para eles, os novos homens, o mundo não é mais, porém o espírito — Deus, o conquistador do mundo — é tudo. Ir além dele, como os antigos foram além do mundo, é o combate dos próximos dois séculos: a batalha da teologia.

Sua luta assumiu um caminho parecido com o dos antigos: após um longo aprisionamento, a razão se ergueu no século da pré-Reforma, e permitiu que o jogo continuasse até que finalmente começasse com o próprio coração na Reforma, e desde então — sempre se tornando menos Cristão — não é mais capaz de amar o homem, apenas o espírito.

“Mas o que é o espírito? É o criador de um mundo espiritual!” Vindo do nada, ele é sua primeira criação, assim como o homem pensante cria a si mesmo com seu primeiro pensamento — e você o coloca no centro —, do outro lado, o egoísta o faz com ele mesmo. *“Você não vive para si, mas para o seu espírito e para o que é do espírito, ou seja, idéias.”* O espírito é seu deus.

Mas eu e o espírito vivemos em um eterno conflito. Ele vive no além; eu vivo na Terra. Em vão forçar o celestial a descer para este lado! *“Eu não sou nem Deus*

nem Homem, nem a essência suprema, nem a minha essência.”

Após essa digressão sobre a fundação do espírito, a apresentação vai do novo homem até a detalhada consideração daqueles possuídos por ele.

O espírito é como aquele fantasma que ninguém viu, mas que é atestado inúmeras vezes por confiáveis testemunhas (“as avós”). Todo o mundo que o circunda é povoado por fantasmas imaginários. A santidade da verdade, que o santifica, é basicamente algo estranho, não lhe é próprio. “*A estranheza é uma marca do sagrado.*” Para ele, que não acredita em qualquer ser supremo — nem em Deus, nem no Homem — o admirador ateu do homem e adorador cristão de Deus são igualmente devotos.

Provar a realidade do fantasma (a “*existência de Deus*” em cada forma); foi essa a tarefa que o homem impôs a ele mesmo por séculos: a horrível provação das Danaides de nomear o incompreensível em cada fenômeno. Assim, o próprio homem tornou-se um fantasma sinistro, que de cada canto aparece assustando a si mesmo e ao seu espírito, ou seja, a criação de seu espírito.

Mas na verdade ele existe apenas na sua cabeça — parafusos soltos atormentando-o. Ele perfurou tantas cabeças que quase todo o mundo humano parece ser um vasto manicômio, no qual os loucos realizam uma dança insana em torno de suas idéias fixas, enquanto a massa estúpida os estimula. “*As ‘idéias fixas’, esse é o verdadeiro sagrado*” para eles, e seu fanatismo persegue os hereges, que não acreditam em suas leis morais. No lugar de Deus colocaram a moralidade e a obediência à lei. Toda oposição da era moderna é inútil, pois não ousa se afastar dessa “moralidade burguesa”. Inca-

O único e a sua propriedade

pacitado pela maldição das meias-medidas, os Liberais vacilam entre seu livre arbítrio e moralidade.

A vitória da moralidade não significada nada a não ser uma troca de mestres: do padrão “sagrado” veio o “humano”. O amor moral não ama esse ou aquele homem por interesse próprio, mas o homem, por interesse do homem, por amor a Deus.

Auto-sacrifício, auto-negação, renúncia de si — todos esses lados formais dos parafusos soltos na cabeça nos mostram em uma constante luta dos nossos próprios sentimentos contra o que nos é dado; ao invés de nos deixar “estimulados”, nós nos deixamos ser empanurrados deles, e com uma timidez sagrada nós aparecemos diante das barreiras da nossa responsabilidade.

A hierarquia do espírito dura até esse dia. “*Hierarquia é domínio dos pensamentos, domínio do espírito.*”

Uma breve pesquisa do campo da antropologia abre esse último capítulo da dissolução do espírito: os já descritos tempos da antiguidade, o tempo da dependência das coisas, do cristianismo, o tempo da dependência do pensamento, são emparelhados com as épocas da negritude e do mongolismo corporificado nos chineses. Quando ambos serão ultrapassados pelos caucasianos, que abalam e destroem o paraíso do espírito — cuja auto-descoberta se tornará realidade com a mortalidade do espírito?

Através de mim, o egoísta, a dissolução do espírito em seu nada será realizada!

Após uma digressão acerca da santidade da moral e da impotente e humilde timidez diante dela, ele descreve a hierarquia como domínio do pensamento e do espírito, que em seu maior despotismo significa, simultaneamente, o triunfo da filosofia (“*A filosofia não pode,*

daqui em diante, alcançar nada mais alto”), e ele mostra seu poder, como o de seus sacerdotes, sobre as “idéias fixas” da filantropia em suas muitas mal-entendidas expressões, assim como sobre a moralidade na educação para “temer a opinião das pessoas”. Verdade e dúvida na história da filosofia e da religião — assim poderiam ser designados os próximos apontamentos, se eles não se inserissem imediatamente na renovada decomposição dos conceitos, no qual os tempos modernos modificam finalidades existentes apesar da alegação de havê-las libertado. Protestantismo e Catolicismo são caracterizados em sua essência: são demonstradas a irresponsabilidade do último e a disciplina mental do primeiro.

O Homem encontra-se impotente diante do invencível, desamparado diante de seu destino.

A sabedoria do mundo dos antigos busca evadir-se desse destino, assim como a teologia dos modernos; o primeiro lançando-se para superar o mundo, o segundo lançando-se para subjugar o espírito.

O primeiro foi bem sucedido “quando *eu havia me glorificado como o dono do mundo*” “quando *eu havia me elevado à posição de eu-proprietário do mundo*”: o mundo havia se tornado sem-mundo, a primeira propriedade adquirida; o segundo — que longa e inútil batalha até hoje! De fato, em dois séculos, nós “*fomos arrancando e pisando alguns bocados de santidade*”, mas o oponente emerge e re-emerge sob outra e nova forma. Do espírito santo veio a “idéia absoluta”, e a confusão de conceitos torna-se cada vez pior. “*Mais um passo, e o mundo do sagrado venceu!*”

Como você pode torná-lo seu? Consuma-o! “*Mastiga a hóstia e livras-te dela!*”

Se o desenvolvimento dos antigos pôde ser definido em breves e claras seções, a consideração dos modernos em sua batalha confusa e contraditória com o espírito requer um espaço muito maior.

Não é a remota sabedoria do mundo dos antigos, não é o mundo-Deus do Cristianismo, mas a luta de seu próprio tempo que faz com que Stirner tenha simpatia com “Os Livres”, para quem, portanto, uma seção especial é também dedicada.

Ele os nomeia “Os Livres” porque eles se chamam assim, mas ele o faz “*apenas como uma tradução de ‘os liberais’*”. O termo liberalismo reunia naquela época todos os que acreditavam que ele havia alcançado o limite no campo do pensamento radical. Isso deve ter atraído, sobretudo, Stirner, que das alturas via esse campo estendido na planície do Cristianismo, para demonstrar a seus contemporâneos, o quanto eles ainda estavam aprisionados pelas correntes do espírito, das quais eles acreditavam profundamente terem escapado. Ele focava sua crítica na crítica mais progressista de seu tempo. A vitória deles, sobre a qual muito festejaram, era para Stirner apenas uma nova derrota diante do velho inimigo, e ele assumia a luta ali, onde eles se retiraram da batalha. Ele começava onde eles haviam parado.

O movimento progressista do início da década de 1840 deu continuidade às três formas de liberalismo político, social e humanista. Hoje seus representantes seriam chamados de liberais, socialistas e “críticos”. E mesmo que o primeiro não tenha mais a motivação e tenha um pouco mais da coragem do segundo, este, com a enorme ascensão e crescimento do movimento socialista, fossilizado aqui como um partido político, busca ali novos litorais em uma maré eternamente alta; e o

terceiro, não apenas entre esses nomeados, mas entre muitos outros, com desesperanças auto-satisfações espalha-se nas águas revoltas das mais impossíveis teorias para tornar a humanidade feliz. Assim, estas permaneceram, de uma maneira geral, totalmente iguais, e as críticas de Stirner os atingem hoje com a mesma contundência de então.

O liberalismo político é o campo de batalha da burguesia, onde se desenvolveu a luta contra as classes privilegiadas desde a Revolução Francesa. Com o despertar da “dignidade humana” se inicia o período político na vida dos povos. O “bom cidadão” torna-se o mais alto ideal. “*O verdadeiro homem é a nação.*” Nós recebemos nossos direitos humanos do Estado. O interesse de Estado — o maior interesse. O serviço do Estado — a maior honra! “O interesse geral de todos pela igualdade geral de todos” — essa é a primeira demanda do Estado, de acordo com o qual tudo sucede. A burguesia busca um soberano impessoal e o encontra na maioria.

É somente pelo fato de dever sangrar que os sujeitos se percebem proprietários; das prerrogativas das classes privilegiadas derivam seus ‘direitos’. “*A burguesia é a aristocracia do deserto*”, a “*boa disposição*” é sua coroa de honra. Os servos do Estado são os livres: o bom cidadão desfruta da “liberdade política”, há muito tempo ausente.

Ele vigia as “liberdades individuais” — da independência de um senhor pessoal, já que a obediência à lei é o poder inalienável do Estado.

O erro de uma época é sempre a vantagem de alguns, o prejuízo de outros. No Estado burguês, o capitalista é o que prevalece; o seu dinheiro lhe confere seu valor: o trabalho do seu capital e dos seus trabalhadores subservientes.

O único e a sua propriedade

Eu tenho tudo pela graça do Estado; nada sem seu consentimento. Mas qual é a proteção do Estado para mim, que nada possuo? A proteção do privilegiado, que me explora. O trabalhador não pode se apropriar do uso do valor total de seu trabalho. Por quê? Porque o Estado está baseado na escravidão do trabalho. “*Se o trabalho torna-se livre, o Estado está perdido.*”

Assim, e com referência ao poder monstruoso que o trabalhador possui, ainda não consciente disso, a consideração do político transfere-se ao do *liberalismo social*.

Se as pessoas no liberalismo político tornaram-se iguais, ainda assim não são sua propriedade. Assim como ninguém mais deve dar ordens, aqui ninguém mais deve “ter”. No lugar do Estado, coloca-se a sociedade. Quem é a sociedade? Todos. A nação de “políticos” é o “espírito” dos socialistas.

A sociedade não é personificada. E ainda assim a propriedade pessoal a pertence. Antes de tudo, o maior proprietário somos todos — *lumpen*. Nós estamos todos lá uns para os outros. Nós trabalhamos, assim — todos por um, um por todos. “*É o trabalho que constitui nossa dignidade e nossa — igualdade.*” Não somos mais Cristãos e, portanto, sentimos nossa miséria; a doutrina do prazer do mundo, da felicidade da burguesia, nos preenche de indignação. Basta disso durante os seis dias de trabalho da semana; no domingo nós podemos nos chamar de irmãos.

Competição, a aposta por bens, desaparece. O comunismo livra-se dela: cada um é um trabalhador e tudo pertence a todos. Na burguesia, os bens foram disponibilizados a todos; no comunismo eles nos são impostos.

Demonstrar que a aquisição de bens ainda não nos torna homens, essa é a tarefa que ainda permanece ao liberalismo humanista.

Ele pode ser chamado de “humanista”, enquanto ele se chama de “crítico”, pois não vai além do princípio do liberalismo, homem, já que o crítico sempre permanece um liberal. “*Humanus é o nome do santo.*”

O trabalhador faz tudo para o seu bem-estar; o cidadão declarou o homem como tendo apenas “nascido livre” — ambos são usuários: uns usam a sociedade, os outros o Estado, para seus objetivos egoístas e não fazem nada pela humanidade.

Mas apenas o interesse humano me dá valor no caso dos humanistas; apenas o meu “completo desinteresse” me faz um homem para ele. Ao negar a sociedade e o Estado, ele ainda retém a ambos e se esforça por eles na “sociedade humana”.

Em vez de falar: “Eu sou homem!” — ele busca por ele, homem — o corporificado busca idéias insubstanciais.

Ele despreza a mentalidade mula-de-carga, o trabalho de massas do trabalhador, e a “*insubordinação do homem*” na consciência do cidadão; ele conhece apenas a consciência humana. Ele quer o último princípio: ver o homem estender-se sobre tudo.

O conflito como um todo dos liberais com eles mesmos foi até agora um conflito pela medida da liberdade — liberdade para menos, para mais, para “toda” a liberdade, do moderado até o imensurável — e assim a discórdia nunca foi explicitada.

Mas o inimigo mortal de todos sou eu, o egoísta, o ser inumano. Eu me retiro do Estado burguês, da *lumpen*-sociedade do proletariado, da condição ideal de humanidade. A “liberdade” deles não é a minha liberdade; o bem-estar dos outros não é o meu bem-estar; o direito humano, não é o meu direito. Nas suas ausências

O único e a sua propriedade

de mestre, proprietário, Deus, emerge novamente o Estado como mestre, as posses como trabalho, e o homem como Deus — novas subserviências, novos cuidados, novas crenças! Já que os objetivos do liberalismo são chamados: *uma “ordem racional”, um “comportamento moral”, uma “liberdade limitada”, não anarquia, ausência de leis e o reino de si.*

Seu ganho, no entanto, é meu: da crítica eu aprendi a me sentir bem na dissolução, e *“o que o homem parece ter ganhado”, eu sozinho ganhei.*

O julgamento do liberalismo foi concluído, mas a obra de Stirner ainda não havia sido publicada quando a “crítica” deu um passo adiante. Isso fez com que ele acrescentasse um posfácio às suas considerações com objetivo de se ocupar das recentes descobertas.

O Estado, mesmo como Estado livre, será completamente descartado, já que não pode mais cumprir as tarefas da sociedade humana. *“As massas, um ser espiritual”* — tornou-se o mais novo objeto da apreciação crítica. Esta, a vasta multidão mal-humorada, mistificada pela era do Iluminismo, não pode mais se satisfazer por meio da suposição dos críticos, por meio do homem. Apesar de seu medo de dogmas, os críticos permanecem no mesmo campo dos dogmáticos: o do pensamento. Atado a sua tarefa, ele é incapaz de reconhecer *“o significado monstruoso do júbilo impensado”* e permanece preso ao mundo do pensamento — no mundo religioso.

Assim, eu também me tornarei um criminoso no campo do pensamento e com arbitrariedade e imprudência eu conquistarei suas formas — derrubar a insolente arbitrariedade do Estado e me colocar sobre ele.

Até a última dissolução da crítica, na qual a velha suposição do passado só pode se despedaçar, quando

estiverem destruídos nele, sem que ao mesmo tempo se criem novos, eu aproveitarei.

A nova descoberta do homem revelou-se um novo Deus. “*Na entrada dos tempos modernos está o novo Deus-homem.*” O homem matou Deus para tornar-se o grande e único Deus. “*O outro mundo externo está de fato apagado; ...mas o outro mundo dentro de nós tornou-se um novo céu.*”

Deus e homem devem morrer no Deus-homem para que nós possamos viver.

Quem se colocará na saída para os tempos modernos? Essa é agora a questão; e a resposta, que nós já sabemos, é: eu.

De posse do meu caráter, eu sou proprietário do meu poder, minhas relações, minha auto-satisfação, e eu sou em caráter quando me conheço como único!

O que é a minha propriedade? É a liberdade, a doutrina do Cristianismo, o “sonho maravilhoso”, a extensão de tudo? Não: “*Eu sou livre daquilo que me desvençilho, detentor daquilo que possuo sob meu poder.*” “A propriedade é todo meu eu e minha existência, eu sou a mim mesmo”. Quando minha liberdade torna-se meu poder, apenas nesse momento ela é completa. Qualquer outra liberdade só pode ser o desejo por uma liberdade particular e incluirá sempre o propósito de um novo domínio. “A liberdade só pode ser por inteira; um pedaço de liberdade não é liberdade”. Esgotem as demandas da liberdade quanto quiserem. Se eu sou livre de tudo aquilo que não sou, então permaneço só. Mas eu não só me libertarei daquilo que me oprime; eu serei o proprietário do meu poder. “*O homem único é aquele que nasce livre, o homem livre de início.*” “O homem livre não é apenas aquele que procura a liberdade”. Apenas a liberdade que você leva para si pode conduzir à auto-

liberação. Meu próprio interesse, que me faz desejar algo pela sua utilidade, me conduz ao campo da minha propriedade, que conhece um padrão estranho tão mal quanto é uma idéia. Visto que esse é “*apenas uma descrição do — proprietário*”.

A última conseqüência do Cristianismo foi varrida: o liberalismo proclamou o verdadeiro homem, e a religião Cristã foi transformada no humano. Transformou-se, assim, na religião do “Estado livre”, que se protege diante do não-homem, o egoísta.

No lugar de Deus, o homem tornou-se mestre, mediador e espírito; do homem, eu recebo meus “direitos”, ele delinea para mim os limites das minhas relações, me dá o meu valor. “*O poder é do homem, o mundo é do homem, eu sou do homem.*”

No entanto, eu respondo à pergunta: “*quem é o Homem? Eu!*” Eu e o Estado somos inimigos. Eu rio de suas demandas, de ser Homem de acordo com seu significado. Eu, o profanador, me rebelo contra o Homem!

Meu poder, que é minha propriedade — pelo qual sou minha propriedade — me dá propriedade. Já que eu mesmo sou meu poder.

“Direito é o desejo soberano da sociedade”. Todo direito existente é um direito dado. Eu devo honrá-lo em todas as suas formas nas quais o encontro, e me subordino a ele. Mas qual é o direito da sociedade sobre mim, o direito “de todos”? Importa a igualdade de direitos, o conflito dos direitos? O que são direitos natos para mim?

Direitos tornam-se palavras na lei. O desejo dominante é o preservador dos Estados; meu próprio desejo (meu “auto-desejo”) o derruba. Todo Estado é um despotismo: todo direito e todo poder deveriam pertencer à totalidade do povo.

Mas eu não me permito estar confinado, pois não reconheço nenhum dever, mesmo que o Estado possa chamar de crimes no meu caso o que no seu próprio chama de “direito”.

A minha relação com o Estado não é de um eu com outro eu. É a relação do pecador com o santo. O santo, no entanto, é uma idéia fixa e dela derivam os crimes.

“A última e mais decidida oposição, a do único contra o único, ...desaparece por completa — separação ou unicidade.”

O que é agora meu direito? Meu direito é o que é certo para mim, o que designo para mim. Meu direito vai até onde for o meu poder.

“Direito é uma obsessão, colocada ali por um fantasma; poder — sou eu mesmo, eu sou o poderoso único e senhor do poder.”

A minha relação com o mundo passa pelo meu poder sobre o mundo.

Stirner dedica quase um terço de seu livro a esse capítulo: primeiro, a destruição dos poderes estrangeiros que buscam nas mais diversas formas suprimir e destruir o eu; e segundo, a exposição das nossas relações com nós mesmos, de como elas resultam do conflito e da harmonia dos nossos interesses.

O povo — a humanidade e a família (“povo no povo”) vivem na dependência de mim, o egoísta. Mas a liberdade delas não é a minha liberdade; o bem-estar público não é o meu bem-estar. Elas podem preencher apenas demandas humanas, não as de meu interesse. Mas o povo não é sagrado para mim. *“Tudo aquilo que é sagrado é uma amarra, uma corrente.”* Eu, o indivíduo, penso apenas naquilo que posso usar. *“A decadência dos povos e da humanidade me convidará à minha ascensão.”*³

O único e a sua propriedade

O povo Cristão fez emergir duas sociedades: o Estado e a Igreja. Eles constroem uma sociedade e promovem a comunidade. O que é a comunidade da família senão a estreita prisão dentro de uma maior? O Estado é a família ampliada. Mas *“eu não sou livre em Estado algum”*. A atividade livre do indivíduo não é sua meta; ele reconhece apenas o trabalho mecânico.

Aquele que acredita no Estado é o verdadeiro político; seu círculo de visão está inscrito no seu partido. Ele, o *“bom cidadão”*, incorpora a *“mente devota para a legalidade”*, e desejosamente se submete a suas punições. Mas, por exemplo, a punição da igreja foi suprimida, e assim deve ser com todas as punições.

Aquele que não serve à família, ao partido, à nação, ainda assim *“vive para e serve à humanidade”*. *“Povo é o nome do corpo, Estado o do espírito, daquela pessoa que até agora tem me oprimido.”*

“Eu sou dono da humanidade, sou a humanidade, e não faço coisa alguma para o bem de outra humanidade.”

A propriedade da humanidade é minha. Eu não respeito sua propriedade.

A pobreza deriva do fato de que eu não posso realizar meus desejos como gostaria. É o Estado que impede que eu me relacione diretamente com os outros. *A propriedade privada vive pelas graças da lei; é permitido competir apenas dentro dos limites prescritos; é permitido utilizar apenas o dinheiro que ele me prescreve como meio de troca. As formas do Estado podem mudar, mas sua intenção sempre permanece a mesma.*

Minha propriedade é aquela *“pela qual eu — me apodero de mim mesmo”*. *“Deixa a força decidir sobre a propriedade — eu espero tudo da minha força!”*

Você não me ludibria com amor. Você não me pega com a promessa da comunidade de bens. A questão da propriedade será apenas resolvida com a guerra de todos contra todos. E *“o que fará um escravo assim que romper suas correntes, alguém deve — esperar!”*

Por que falar em liberdade de competição, seu povo de pensamento cívico, enquanto que para mim a razão para competição está ausente? Fique longe do meu corpo, seus benfeitores do povo, com sua distribuição! Eu pego para mim o que preciso, e eu preciso de tanto quanto meu poder pode alcançar.

Assim como a minha palavra me pertence, e onde não há permissão para imprensa, eu pego para mim a “liberdade de imprensa”. A imprensa é, assim, minha propriedade, se não me sinto responsável por aqueles que querem me dar ou me tirar a liberdade de imprensa.

Eu não reconheço qualquer “lei do amor”. Como cada um dos meus sentimentos, esse é minha propriedade. Eu o dou, eu faço dele um presente, eu ofereço, porque me faz feliz. Adquira-o, se acredita ter um direito sobre ele. Eu não permito que a medida dos meus sentimentos seja prescrita, nem os objetivos dos meus sentimentos determinados. Nós e o mundo temos apenas uma relação um com o outro: a da utilidade. *“Sim, eu utilizo o mundo e o homem!”*

Eu não trairei uma confiança que voluntariamente criei; mas pergunto se *“dei ao confidente o direito à confiança”*. *Se você quiser me amarrar, então aprenda que sei me livrar de suas amarras.* Dentro e dele mesmo o juramento é tão pouco sagrado quanto a mentira é desprezível.

A sociedade é nosso estado de natureza. Mas a dissolução da sociedade é relação ou união.

O único e a sua propriedade

É uma questão relativa a “*minha liberdade ou minha propriedade está limitada pela sociedade*”. A diminuição da primeira me ofende em alguma medida; *mas a propriedade não deixarei que a tomem de mim*.

Da comunidade dos homens derivam as leis da sociedade. Comunismo é coletivismo em igualdade. “Mas eu prefiro ser identificado pelo egoísmo dos homens que pela sua compaixão”.

Eu aspiro não ao coletivismo, mas à parcialidade. Numa associação [Verein] você pode se fazer prevalecer; na sociedade, você é usado. Você ou a sociedade, proprietário ou *lumpen*, egoísta ou socialista!

Sobre o portal do nosso tempo figura: “*Valorize o que é seu!*”⁴

Volte-se contra as instituições que põem em risco sua unicidade; não revolução, mas rebelião!

Eu não tenho dever algum perante os outros, não me curvo mais a poder algum.

Para o moral e o humano, suas demandas sobre o mundo permanecem *pia desideria* [desejos pios], minha relação com eles, no entanto, consiste em desfrutá-los. Eu os uso para — meu próprio deleite.

O mudo esteve até agora preocupado com sua vida; nós buscamos o prazer da vida. Que enorme distância: procurar por mim, e ter-me e desfrutar-me de mim!

Séculos desejando e nutrindo esperanças repousam atrás de nós; diante de nós está o prazer.

A brutalidade das primeiras oferendas humanas tem-se tornado a auto-oferenda da vida em benefício de uma tarefa, uma profissão. A nossa vida, portanto, não pertence mais a nós, e o suicídio é um crime contra a moralidade. Humanidade é o chamado do liberal.

Porém, o homem não tem chamado, possui apenas força, pela qual se expressa, e “*torna-se aquilo que pode se tornar*”. Sua força se expressa automaticamente, e usar sua força não é o chamado e a tarefa, mas é seu “*ato, real e existente a todo tempo*”.

Os homens são como devem e podem ser, e aquele que é inteligente os toma assim como são, em vez de como devem ser.

Quanto perdurar o tempo dos mestres da academia e clérigos do mundo prevalecerá o pensamento contra o egoísmo. “*A história tem sido a história do homem intelectual*”. Os séculos o treinaram para a cultura. Eu faço uso de sua experiência. Mas — “*eu ainda quero mais*”.

“*O homem é aquilo que ele faz das coisas.*” Ou eu me perco na criação do meu desejo (meu julgamento), ou eu permaneço o criador (que sempre julga de maneira nova).

Pensamento livre não é o meu pensamento. Pensamento livre me guia; mas eu guio meu próprio pensamento. A sensualidade livre me consome; eu satisfaço a minha própria sensualidade ao meu prazer.

O que é para mim liberdade de pensamento? Uma palavra vazia. Pensamentos, seu e meu, são para mim criações.

O discurso é o maior dos tiranos: é o líder daquele exército de “*idéias fixas*”, que se lança em uma cruzada contra nós. O discurso, como o pensamento, deve se tornar sua propriedade.

O que são verdades? Para os crentes são fatos absolutos. “*Verdades são frases, maneiras de falar, palavras; colocadas em conexão, ou em uma série articulada, elas formam lógica, ciência, filosofia.*” Enquanto perdurar a primazia dos pensamentos, a hierarquia, os clérigos (em

O único e a sua propriedade

todas as suas formas) se encarregarão de falar e de acreditar em princípios — e criticarão. Afinal, o segredo da crítica é sempre um tipo de “verdade”.

Minha crítica não é útil, mas apenas a minha própria crítica. Já que o meu pensar prescinde de uma “pressuposição”: *“Diante do meu pensamento, há — eu”*. Assim, pensar a pressuposição em si é assumi-la como fato. É o que sou para o meu pensar, e eu sou, desta forma, o proprietário do pensamento; o pensar é minha propriedade.

Eu sou a medida de todas as coisas, não o homem: a verdade não tem valor em si, mas apenas em mim. Em si mesma não tem valor algum e, assim como o pensamento, é uma criação. *“Todas as verdades abaixo de mim são para o meu gozo.”* Eu não conheço uma verdade acima de mim. *“É verdade aquilo que me pertence, inverdade aquilo do qual sou propriedade; verdade, por exemplo, a associação; inverdade, o Estado e a sociedade.”*

Assim é com a idéia. Sua realidade *“consiste no fato de que eu, o corpóreo, a tenho”*. *A crítica golpeia uma idéia apenas por outra.*

Tanto no início como no final do cristianismo a guerra contra o egoísmo está em curso. *“Eu não sou para me (o indivíduo) fazer contar, mas a idéia, o geral.”* A raiva deve ser removida da guerra.

Nós todos, inconscientemente, lutamos pela unicidade. Mas um ato inconsciente é um ato até a metade, e reiteradamente você se torna um servo nas mãos da nova fé.

No entanto, eu assisto à batalha com um sorriso. Proprietário de tudo, “eu deixo meu humor brincar com

os grandes pensamentos, os sentimentos sublimes, a fé sagrada”.

Pois eu sei que *somos perfeitos juntos! O mundo está repleto de tolos que para si se parecem pecadores*. Mas os pecadores vivem apenas de seus sonhos, de sua imaginação doentia; o olho saudável nunca viu um pecador. “*Você, que acredita amar o homem, é exatamente quem o atira na lama do pecado.*”

Mas eu não permito que meu auto-prazer seja arruinado: assim como eu não sirvo mais a um ser superior, eu também não sirvo a homem algum, mas apenas a mim mesmo. Assim, “*eu não sou simplesmente de fato ou em ser, mas também para minha consciência, o — único.*”

Pois não sou um Eu ao lado de outro Eu. Tudo sobre mim é único, mas apenas como esse Eu, eu ajo e me desenvolvo, faço de tudo minha propriedade.

Essa é minha relação com o mundo!

As últimas páginas do livro ainda pertencem ao único um. Mais uma vez os períodos pré-cristão e cristão estão resumidos em seus objetivos — santidade e corporeidade —, novamente a oposição irreconciliável entre o real e o ideal é enfatizada e mais uma vez mostra como ambos em caminhos opostos ainda tornam a se encontrar em um único, o divino, que no final do ciclo de visões cristãs é chamado “homem” — o “homem” como o Eu da história mundial conclui o ciclo. Na tensão entre existência e chamado seu encantamento é quebrado.

O indivíduo é uma história mundial para si; ele não reconhece chamado algum; ele vive despreocupado com o bem ou o lamento da humanidade.

O único e a sua propriedade

Nenhum nome me designa diretamente; nenhum conceito me expressa; eu sou perfeito.

“*Eu sou proprietário da minha força, e assim sou quando me reconheço único*”. Tudo que está acima de mim, Deus ou Homem, se esvai diante dessa consciência. Eu estabeleço a minha preocupação sobre mim mesmo, o único, o “*transitório, criador mortal, que se consome a si mesmo*”.

Assim se conclui o livro.

E mais uma vez, como no começo, a alegre risada do único um exulta: “*Todas as coisas são nada para mim!*”

[“*Ich hab’ mein Sach auf Nichts gestellt*”, a primeira linha do poema de Goethe “*Vanitas! Vanitatum, Vanitas!*” Tradução literal: “eu fundei a minha obra sobre o nada”.]

* * *

(Continuação na Verve 11)

Tradução do inglês por Andre Degenszajn. Revisão técnica de Edson Passetti.

Notas:

¹ Quinto capítulo extraído do livro *Max Stirner — his life and his work*. Traduzido da terceira edição em alemão por Hubert Kennedy. Concord, Peremptory Publications, 2005. A obra de Stirner *Der Einzige und sein Eigentum* foi traduzida por Mackay como *The unique one and his property*, mais próxima da tradução em português *O único e a sua propriedade*. No entanto, a versão em inglês, editada por

David Leopold, é intitulada *The ego and its own* (Cambridge, Cambridge University Press, 1995) (NT).

² *Gegenwort eines Mitgliedes der Berliner Gemeinde wider die Schrift der sieben und fünfzig Berliner Geistlichen: Die christliche Sonntagsfeier, ein Wort der Liebe an unsere Gemeinen*, [Réplica de um membro da paróquia berlinense contra o escrito dos 57 pastores berlinenses intitulado 'A celebração cristã do domingo. Uma palavra de amor à nossa paróquia'], foi proibido em 3 de fevereiro de 1842. (NT)

³ “*Der Untergang der Völker und der Menschheit wird Mich zum Aufgange einladen*” [‘The fall of peoples and mankind will invite me to my rise’, segundo a tradução para o inglês que seguimos de autoria de Hubert Kennedy para o livro de John Henry Mackay. A tradução de João Barrento, na edição portuguesa de *O único e a sua propriedade* é a mais próxima do original, depois de confrontada com outras em inglês, em francês e em espanhol: “O crepúsculo dos povos e da humanidade será o advento da *minha* aurora”].

⁴ Stirner propõe superar a frase apolínea que se encontra na entrada do pórtico do nosso tempo *Conhece-te a ti mesmo!* (NT)

RESUMO

Apresentação da obra de Max Stirner O único e sua propriedade, por John Henry Mackay. 1ª parte.

Palavras-chave: Max Stirner, único, associação.

ABSTRACT

Presentation of Max Stirner's work The ego and its own, by John Henry Mackay. 1st part.

Keywords: Max Stirner, unique, association.

Indicado para publicação em 08/11/2005.